

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E  
CONSTRUÇÕES – em Recuperação  
Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de  
2016 e 2015**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

**Senhores Acionistas,**

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em observância às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhada do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

**Mensagem da Administração e a Recuperação Judicial**

A Inepar continua sendo uma empresa empreendedora tendo o desafio como seu maior objetivo.

Com atuação de mais de 63 anos de história, contribuiu para o desenvolvimento da indústria e da infraestrutura no Brasil, destacando-se energia, petróleo e gás, equipamentos de processo, manuseio de materiais, compensação reativa e transportes de massa.

Na sua trajetória de sucesso, destacamos alguns dados importantes:

As instalações de Araraquara possuem mais de 840 mil m<sup>2</sup> sendo considerada a maior fábrica de usinagem da América Latina.

A Inepar fabricou turbinas e geradores que respondem por mais de 25% da energia gerada no país, mais de 12 GW no Brasil e 26 GW no mundo.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

Atuou em todas as 15 refinarias da Petrobras e participou da construção de sete plataformas de exploração de petróleo.

Entregou mais de 3 mil pontes rolantes para uma variedade de indústrias e produziu as maiores máquinas de movimentação de minério em atividade.

Produziu mais de 30% de compensação reativa em grandes transferências de geração de energia para linhas de transmissão.

Desenvolveu a maioria das linhas de transmissão de alta e extra tensão do país e efetuou reparos, manutenção, supply e manufatura em mais de 200 locomotivas.

A Inepar foi pioneira em telecomunicações, incluindo televisão a cabo, celulares CDMA e sem fio.

Contou ainda com mais de 20 mil colaboradores na sua história vitoriosa.

Tivemos também parcerias com grupos de liderança mundial, dentre eles, GE, Andritz, Hyundai, Triunfo, que ajudaram a INEPAR nessa construção e demonstração da capacidade empreendedora da Companhia.

A INEPAR também está presente na bolsa de valores brasileira desde 1980, tendo já chegado a ser uma das dez maiores companhias em valor de mercado da Bovespa.

Apesar de toda história vitoriosa da Inepar e a nossa comprovada capacidade técnica fomos obrigados a implantar um plano global de reestruturação e com o conseqüente pedido de Recuperação Judicial, em função do ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, em especial, os setores industrial e de infraestrutura exatamente em nosso ramo de atuação e que têm sido afetados por pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo INEPAR, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

**Abaixo relacionamos alguns aspectos preponderantes da recuperação judicial:**

Aprovação do plano com mais de 90% do quórum de credores, sendo que houve aprovação de 99,3% dos credores classificados na classe I.

Maior conversão de dívida em participação da história do país, via solução inovadora com a emissão das debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3, remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Pagamentos expressivos de obrigações trabalhistas, tanto dos passivos do plano de recuperação judicial como das obrigações correntes.

Liquidação de aproximadamente 83% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.

A homologação do Plano de Recuperação permitiu a estabilização da estrutura de capital da Inepar, pois somente com a emissão de novas ações da Companhia e de debêntures perpétuas conversíveis em integralização por créditos quirografários, apresentou uma redução de mais R\$ 1.6 bilhão em seu passivo financeiro, dentre outros itens chaves de reestruturação financeira.

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos e contábeis efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e que serão obrigatoriamente

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

convertidos em debêntures perpétuas e/ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238.097 mil.

De acordo com o Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a empresa classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

No exercício de 2016 a empresa continuou se dedicando a aplicação das ações previstas no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Inepar, onde alcançamos significativos resultados com a redução do endividamento junto às empresas e funcionários e também redução nas obrigações tributárias. Desta forma, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, a INEPAR desenvolveu diversas ações para a monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando a adequação do fluxo de caixa a saber:

- Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. Esta adesão ao Refis, permitiu uma redução significativa no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como após a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Quanto ao pagamento inicial de até 20% previsto no Programa Refis, em 27 de julho de 2015, foram utilizados os créditos fiscais transferidos pela Andritz Hydro Inepar.

- Venda da participação acionária no capital da TIISA-Triunfo IESA Infraestrutura S/A. Esta alienação gerou recursos necessários para os

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

pagamentos das dívidas junto aos credores e também aos funcionários, além da garantia do recebimento de energia elétrica para utilização na fábrica de Araraquara até 2019.

- Venda da participação acionária no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S/A. Esta alienação permitiu recursos através de créditos fiscais para a liquidação do valor de até 20% sobre os débitos fiscais necessários para a adesão ao programa Refis.

- Venda ao BNDES pelo valor de R\$ 151,7 milhões da participação acionária no capital da Energisa Mato Grosso S/A, através de leilão judicial. Os recursos desta alienação foram utilizados para abater parte da nossa dívida junto ao BNDES, e também para propiciar um perdão do saldo restante deste contrato.

Após a liquidação deste contrato junto ao BNDES, ainda restou um saldo devedor de outro contrato no montante de R\$ 292,8 milhões que foi renegociado para pagamento em 20 anos com correção pela TJLP + 3 a.a.

Em 2018 a Administração está em contato com o BNDES visando sanar as pendências existentes.

-Venda da participação acionária no capital da Inepar Telecomunicações S/A e da Inepar Capacitores S/A., Estes recursos também foram utilizados para a liquidação de passivos correntes das empresas do Grupo Inepar.

A Administração continua engajada e confiante na reversão do patrimônio líquido do Grupo INEPAR que envolve a conclusão do plano de alienação de "ativos non-core" e o reconhecimento de processos judiciais (segundo as normas contábeis vigentes, os processos judiciais só podem ser efetivamente reconhecidos na conta de ativos após decisão favorável, em última instância, ao passo que os investimentos tanto em ativos operacionais como não

# **INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**

**Em Recuperação Judicial**

**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

operacionais não podem ser reavaliados) e, portanto, devem ser reconhecidos apenas quando da sua realização. É oportuno destacar que o Grupo INEPAR tem hoje um grande volume em discussão de pleitos e adicionais contratuais junto aos clientes, com alta probabilidade de êxito, resultantes de discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo, prazo, quantidade, preço, problemas de medição e atrasos de recebimento na prestação de serviços e venda de equipamentos, junto a clientes de economia pública, mista e privado.

No curto prazo a empresa está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa, através das suas subsidiárias, tende a gerar oportunidades com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou e está ainda fazendo uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de produção.

Além do esforço comercial com a readequação de custos e de sua competitividade, a Inepar possui "ativos non-core" que devem ser vendidos, já em negociação, que podem render saldos de fluxo de caixa para a empresa.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo, para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando na alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

Alienação de parte dos ativos (máquinas e imóvel) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com diversos ativos financeiros, com o objetivo de efetuar os pagamentos das obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial.

Acordo com bancos para liquidação da nossa dívida, utilizando principalmente as cotas do FIDC acima mencionado.

Arbitragem para ressarcimento de diversos valores envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas e que estavam sendo fabricados no município de Charqueadas.

Apresentamos abaixo uma simulação do Balanço Patrimonial de 31/12/2016 com os dos valores dos ativos valorizados de acordo com o Plano de Recuperação Judicial aprovado em 2015.

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

***Balanço Projetado***

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

*(Em milhares de reais)*

ATIVO	Consolidado	
	Balanco Patrimonla 31/12/2016	Balanco Projetado 31/12/2016
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.660	1.660
Contas a receber de clientes	220.628	833.603
Títulos e valores mobiliários	32.797	32.797
Estoques	221.309	221.309
Títulos a receber	4.160	4.160
Créditos de impostos	24.449	24.449
Dividendos a receber	64	64
Despesas antecipadas	390	390
Outros créditos	50.295	50.295
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>566.752</b>	<b>1.168.727</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Clientes		
Contas a receber de clientes	36.399	36.399
Partes relacionadas	94.654	94.654
Títulos a receber	8.052	8.052
Créditos de impostos	116.440	116.440
Depósitos judiciais	65.529	65.529
Outros créditos	36.360	36.360
<b>Investimentos</b>	<b>259.786</b>	<b>758.883</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>361.832</b>	<b>671.300</b>
<b>Intangível</b>	<b>414.591</b>	<b>1.114.009</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.393.643</b>	<b>2.901.626</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.949.395</b>	<b>4.070.353</b>

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

*Balanco Projetado*

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Consolidado	
	Balanco Patrimonial 31/12/2016	Balanco Projetado 31/12/2016
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	100.726	74.426
Financiamentos e empréstimos	183.118	127.134
Debêntures	125.295	8.341
Salários e encargos sociais	310.445	310.445
Impostos e contribuições a recolher	469.114	469.114
Dividendos propostos	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	338.300	338.300
Adiantamentos de clientes	163.332	163.332
Títulos a pagar	32.616	32.616
Outras contas a pagar	220.029	219.670
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.947.230</b>	<b>1.747.633</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Financiamentos e empréstimos	277.175	277.175
Salários e encargos sociais	17.582	17.582
Impostos e contribuições a recolher	379.926	379.926
Partes relacionadas	24.962	13.135
Impostos diferidos	111.382	111.382
Títulos a pagar	-	-
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisão para contingências	141.632	141.632
Provisão para passivo a descoberto	1.260	1.260
Outras contas a pagar	13.406	13.406
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>969.628</b>	<b>957.801</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Participação dos minoritários	(30.408)	(30.408)
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	155.272	155.272
Reserva de reavaliação	34.469	1.542.453
Debêntures perpétuas	247.861	247.861
Créditos quirografários a converter	238.097	773.823
Prejuízos acumulados	(2.814.483)	(2.525.811)
Ajuste de avaliação patrimonial	797.503	797.503
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(937.055)</b>	<b>1.395.327</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.949.395</b>	<b>4.070.353</b>

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

**Notas explicativas**

- 01-** No Balanço Patrimonial de 31/12/2016 a Companhia não registrou os valores dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço simulado da Inepar S.A Indústria e Construções. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes do Grupo Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de contas a receber de clientes.
- 02-** As linhas de investimentos, imobilizado e intangível tiveram um aumento devido às atualizações dos ativos, majorados nos mesmos valores apresentados no laudo de viabilidade econômica do Grupo Inepar e do laudo de avaliação dos ativos imobilizados. Estes valores, apresentados aqui de forma gerencial, não serão alterados nos Balanços Patrimoniais publicados no futuro e terão seus valores reconhecidos apenas no momento da alienação de cada ativo.
- 03-** A conta de "Fornecedores" apresenta redução em relação aos valores apresentados no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 tendo em vista que já abatemos deste saldo os valores que serão convertidos em debêntures perpétuas em uma próxima emissão.
- 04-** A conta "Empréstimos e Financiamentos" apresenta redução em relação aos valores apresentados no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 tendo em vista que já abatemos deste saldo os valores que serão convertidos em debêntures perpétuas em uma próxima emissão.
- 05-** Estão lançados na rubrica de "Reserva de Reavaliação" os valores dos ativos que foram reavaliados quando do lançamento do Plano de Recuperação

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

Judicial. O acréscimo decorrente da reavaliação somente será contabilizado após a realização da venda, de acordo com a legislação em vigor.

06- No prejuízo acumulado foi considerado o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016 acrescido do lucro líquido oriundo dos registros dos pleitos a receber, deduzidos de outras provisões a pagar.

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício encerrado em 31/12/2016 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela BDO RCS Auditores Independentes SS. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016 e com as opiniões

**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**  
**Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31**  
**DE DEZEMBRO DE 2016**

expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
<b>ATIVO</b>	Nota	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	98	174	1.660	5.114
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	9.796	21.270	165.486	194.812
Contas a receber de clientes a faturar	6	-	-	55.142	65.205
Títulos e valores mobiliários	7	32.782	32.780	32.797	32.805
Estoques	8	-	-	221.309	242.266
Títulos a receber	9	-	-	4.160	21.866
Créditos de impostos	10	13.641	20.615	24.449	43.708
Dividendos a receber		-	-	64	8.560
Despesas antecipadas		-	-	390	1.544
Outros créditos	11	3.323	989	50.295	27.547
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>59.640</b>	<b>75.828</b>	<b>555.752</b>	<b>643.427</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Clientes					
Contas a receber de clientes faturados	6	-	-	35.917	35.917
Contas a receber de clientes a faturar	6	482	482	482	482
Partes relacionadas	21	360.722	541.091	94.654	257.962
Títulos a receber	9	7.774	7.774	8.052	7.927
Títulos e valores mobiliários	7	-	13.071	-	72.264
Créditos de impostos	10	64.043	67.355	116.440	121.239
Depósitos judiciais		10.542	14.800	65.529	36.364
Outros créditos	11	-	-	36.360	43.322
<b>Investimentos</b>	12	518.155	537.544	259.786	262.677
<b>Imobilizado</b>	13	133.453	137.673	361.832	381.675
<b>Intangível</b>	14	391.513	391.513	414.591	422.299
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>1.486.684</b>	<b>1.711.303</b>	<b>1.393.643</b>	<b>1.642.128</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.546.324</b>	<b>1.787.131</b>	<b>1.949.395</b>	<b>2.285.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		20.498	19.277	100.726	99.070
Financiamentos e empréstimos	15	93.387	74.688	183.118	197.211
Debêntures	16	125.295	115.955	125.295	115.955
Salários e encargos sociais		20.971	16.947	310.445	274.474
Impostos e contribuições a recolher	17	302.228	207.949	469.114	297.548
Dividendos propostos		4.231	4.231	4.255	4.255
Provisão de custos e encargos	18	-	-	338.300	347.793
Adiantamentos de clientes	19	-	8.476	163.332	86.833
Títulos a pagar		32.478	3.170	32.616	3.309
Outras contas a pagar	24	134.304	134.072	220.029	185.894
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>733.392</b>	<b>584.765</b>	<b>1.947.230</b>	<b>1.612.342</b>
<b>Não Circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Financiamentos e empréstimos	15	255.444	245.405	277.175	272.179
Salários e encargos sociais		-	-	17.582	16.263
Impostos e contribuições a recolher	17	235.566	256.052	379.926	445.622
Partes relacionadas	21	357.867	520.365	24.962	21.324
Impostos diferidos	20.1	33.940	35.052	111.382	115.273
Títulos a pagar		-	1.600	-	1.600
Provisão de custos e encargos	18	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão para contingências	22	57.461	68.497	141.632	124.921
Provisão para passivo a descoberto	23	798.244	392.371	1.260	1.260
Outras contas a pagar	24	9.162	15.973	13.406	21.916
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>1.749.987</b>	<b>1.537.618</b>	<b>969.628</b>	<b>1.022.661</b>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>					
<b>Participação dos minoritários</b>		-	-	(30.408)	(14.196)
<b>Patrimônio líquido da controladora (Passivo a descoberto)</b>					
Capital social	25	407.299	407.299	407.299	407.299
Gasto com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital		155.272	155.272	155.272	155.272
Reserva de reavaliação		34.469	35.669	34.469	35.669
Debêntures perpétuas		247.861	247.861	247.861	247.861
Créditos quirografários a converter		238.097	217.780	238.097	217.780
Prejuízos acumulados		(2.814.483)	(2.200.933)	(2.814.483)	(2.200.933)
Ajuste de avaliação patrimonial		797.503	804.873	797.503	804.873
		<b>(937.055)</b>	<b>(335.252)</b>	<b>(937.055)</b>	<b>(335.252)</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>(937.055)</b>	<b>(335.252)</b>	<b>(967.463)</b>	<b>(349.448)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>					
		<b>1.546.324</b>	<b>1.787.131</b>	<b>1.949.395</b>	<b>2.285.555</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Nota	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Receita operacional líquida</b>				
27	-	19.829	68.850	451.017
Custos dos produtos e serviços	-	(11.455)	(48.496)	(279.727)
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>8.374</b>	<b>20.354</b>	<b>171.290</b>
<b>Receitas [despesas] operacionais</b>	<b>(494.549)</b>	<b>(221.520)</b>	<b>(440.911)</b>	<b>(407.981)</b>
Despesas com vendas	(7)	(28)	(11.684)	(15.550)
Perdas/Reversões no receb. de crédito com clientes	(3.770)	(1.707)	(10.471)	(2.073)
Administrativas e gerais	(25.456)	(23.994)	(87.350)	(100.519)
Provisões para contingências	11.035	151.639	(32.443)	64.174
Outras receitas e despesas operacionais	(50.248)	(252.575)	(296.896)	(346.779)
12	(426.103)	(94.855)	(2.067)	(7.234)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(494.549)</b>	<b>(213.146)</b>	<b>(420.557)</b>	<b>(236.691)</b>
Despesas financeiras	28	(109.865)	(167.254)	(271.112)
Receitas financeiras	28	2.290	99.959	156.517
<b>Resultado antes do imposto de renda</b>	<b>(602.124)</b>	<b>(280.441)</b>	<b>(617.533)</b>	<b>(351.286)</b>
20.2	(20.312)	79.871	(25.217)	176.511
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente				
20.2	(527)	(527)	4.060	(33.226)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido				
	-	-	15.727	6.904
Participações acionistas minoritários				
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	86.123.467	86.123.467		
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício	63.136.159	63.136.159		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	(4.004,30)	(1.292,62)		
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	(4.404,73)	(1.421,88)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Debêntures Perpétuas	Créditos a Converter	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido dos Acionistas da Controladora	Participação dos Não Controlados no Patr.Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Total	
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital				Ações em Tesouraria	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP				Ajuste de Avaliação Patrimonial
<b>Em 31 de dezembro de 2014 - Reapresentado</b>	<b>398.977</b>	<b>(3.073)</b>	<b>1.995</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(2.017.391)</b>	-	-	<b>53.767</b>	<b>70.605</b>	<b>8.561</b>	<b>(1.494.862)</b>	<b>(8.265)</b>	<b>(1.503.127)</b>
Prejuízo do Exercício					(201.097)						(201.097)	(6.904)	(208.001)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida ( CBD )				4.395							4.395		4.395
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas									1.421		1.421		1.421
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	769	769
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas									727.651		727.651	204	727.855
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>											<b>729.072</b>	<b>973</b>	<b>730.045</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>											<b>532.370</b>	<b>(5.931)</b>	<b>526.439</b>
Aumento de Capital - 84ª AGE de 25/11/2015	4.272		79.707								83.979		83.979
Aumento de Capital - 85ª AGE de 28/12/2015	4.050		75.565								79.615		79.615
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>											<b>163.594</b>	<b>-</b>	<b>163.594</b>
Debêntures perpétuas - 6ª emissão - 84ª AGE de 25/11/2015					167.234						167.234		167.234
Debêntures perpétuas - 7ª emissão - 84ª AGE de 25/11/2015					66.433						66.433		66.433
Debêntures perpétuas - 8ª emissão - 85ª AGE de 28/12/2015					10.268						10.268		10.268
Debêntures perpétuas - 9ª emissão - 85ª AGE de 28/12/2015					3.926						3.926		3.926
Créditos quirografários a converter						217.780					217.780		217.780
Reserva especial de ágio na incorporação			(1.995)								(1.995)		(1.995)
Realização da Reserva Reavaliação				18.098			(18.098)				-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado				3.365				(3.365)			-		-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>407.299</b>	<b>(3.073)</b>	<b>155.272</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(2.192.630)</b>	<b>247.861</b>	<b>217.780</b>	<b>35.669</b>	<b>67.240</b>	<b>737.633</b>	<b>(335.252)</b>	<b>(14.196)</b>	<b>(349.448)</b>
Prejuízo do Exercício					(622.963)						(622.963)	(15.727)	(638.690)
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida ( CBD )				4.396							4.396		4.396
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas										(3.553)	(3.553)		(3.553)
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior											-	(485)	(485)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>											<b>(3.553)</b>	<b>(485)</b>	<b>(4.038)</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>											<b>(622.120)</b>	<b>(16.212)</b>	<b>(638.332)</b>
Créditos quirografários a converter						20.317					20.317		20.317
Realização da Reserva Reavaliação				1.200			(1.200)				-		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado				3.817				(3.817)			-		-
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>407.299</b>	<b>(3.073)</b>	<b>155.272</b>	<b>(8.303)</b>	<b>(2.806.180)</b>	<b>247.861</b>	<b>238.097</b>	<b>34.469</b>	<b>63.423</b>	<b>734.080</b>	<b>(937.055)</b>	<b>(30.408)</b>	<b>(967.463)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>
Ajuste patrimonial Reflexo de Investida ( CBD )	4.396	4.395
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	(3.553)	1.421
Ajuste Conversão s/ Coligada no Exterior	(485)	769
Ganhos na conversão de Debêntures perpétuas	-	727.855
Participação dos Minoritários	(15.727)	(6.904)
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(638.332)</b>	<b>526.439</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	4.220	6.766	17.871	21.686
Ganho / Perda na alienação de imobilizado/investimentos	-	(35.680)	4.082	190.443
Amortização de ágio Cemat	-	124.358	-	124.358
Equivalência patrimonial	426.103	94.855	2.067	7.234
Participação de acionistas minoritários	-	-	15.727	6.904
Reserva especial de ágio na incorporação	-	(1.995)	-	(1.995)
Variações monetárias e cambiais	32.337	22.174	34.921	41.236
Impostos diferidos	527	527	(4.060)	33.226
Provisões (Reversões)	(11.036)	(152.660)	6.839	(141.654)
<b>Resultado do exercício ajustado</b>	<b>(170.812)</b>	<b>(142.752)</b>	<b>(545.516)</b>	<b>80.341</b>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>				
Contas a receber de Clientes	11.474	(5.053)	39.389	(97.840)
Estoques	-	-	20.957	133.315
Títulos a receber	-	-	17.581	(4.090)
Dividendos a receber	-	-	8.496	-
Créditos de impostos	9.791	25.668	28.052	2.588
Despesas antecipadas	-	3	1.154	(947)
Outros créditos	1.923	1.002	(44.951)	26.570
	<b>23.188</b>	<b>21.620</b>	<b>70.678</b>	<b>59.596</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>				
Fornecedores	1.220	5.027	1.655	3.921
Salários e encargos sociais	4.024	4.417	37.290	(33.238)
Impostos e contribuições a recolher	73.793	(40.564)	105.830	(139.607)
Provisão para impostos diferidos	(1.145)	(1.145)	(3.891)	37.886
Dividendos a pagar	-	-	-	(222)
Adiantamentos de clientes	(8.476)	8.476	76.499	(55.100)
Títulos a pagar	27.708	(1.391)	27.707	(84)
Outras contas a pagar	(6.578)	213.359	(5.937)	253.738
	<b>90.546</b>	<b>188.179</b>	<b>239.153</b>	<b>67.294</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(57.078)</b>	<b>67.047</b>	<b>(235.685)</b>	<b>207.231</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Dividendos recebidos de coligadas	-	-	215	22
Ganho sobre participações	-	-	485	(4.982)
Títulos e Valores Mobiliários	14.711	-	73.914	-
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(66)	(2.033)
Efeito da venda de investida anteriormente consolidada	-	-	6.737	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	200.111	(80.156)	163.308	(13.731)
Recebimento pela venda de imobilizado/Investimentos	-	57.500	-	57.500
	<b>214.822</b>	<b>(22.656)</b>	<b>244.593</b>	<b>36.776</b>
<b>CAIXA (GERADO) CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>214.822</b>	<b>(22.656)</b>	<b>244.593</b>	<b>36.776</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	9.348	13.087
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(240.058)	(22.975)	(267.179)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(2.373)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	(162.498)	193.174	3.638	10.366
Debêntures	4.678	-	-	-
	<b>(157.820)</b>	<b>(46.884)</b>	<b>(12.362)</b>	<b>(243.726)</b>
<b>CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(157.820)</b>	<b>(46.884)</b>	<b>(12.362)</b>	<b>(243.726)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(76)</b>	<b>(2.493)</b>	<b>(3.454)</b>	<b>281</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	174	2.667	5.114	4.833
Saldo final do caixa e equivalentes	98	174	1.660	5.114
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(76)</b>	<b>(2.493)</b>	<b>(3.454)</b>	<b>281</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

### Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITAS</b>	<b>(3.771)</b>	<b>(135.699)</b>	<b>66.261</b>	<b>291.540</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	20.701	77.370	486.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.770)	(1.707)	(11.028)	(2.074)
Outras Receitas / Despesas	(1)	(154.693)	(81)	(193.365)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(51.175)</b>	<b>111.053</b>	<b>(418.333)</b>	<b>(264.253)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	(6.979)	(77.853)	(324.040)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.175)	118.032	(340.480)	59.787
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(54.946)</b>	<b>(24.646)</b>	<b>(352.072)</b>	<b>27.287</b>
Depreciação e Amortização	(4.220)	(6.766)	(17.871)	(21.686)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(59.166)</b>	<b>(31.412)</b>	<b>(369.943)</b>	<b>5.601</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(423.813)</b>	<b>5.104</b>	<b>21.765</b>	<b>149.283</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(426.103)	(94.855)	(2.067)	(7.234)
Receitas Financeiras	2.290	99.959	23.832	156.517
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(482.979)</b>	<b>(26.308)</b>	<b>(348.178)</b>	<b>154.884</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Bens destinado a vendas				
<b>PESSOAL</b>	<b>6.102</b>	<b>7.405</b>	<b>32.987</b>	<b>45.010</b>
Salários e encargos	4.672	6.072	20.037	27.129
Benefícios	1.046	975	9.589	13.453
FGTS	384	358	3.361	4.428
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>23.774</b>	<b>2</b>	<b>35.655</b>	<b>45.377</b>
Federais	23.774	-	35.299	39.966
Municipais	-	2	356	5.411
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>110.108</b>	<b>167.382</b>	<b>221.870</b>	<b>272.498</b>
Juros	109.865	167.254	220.808	271.112
Alugueis	243	128	1.062	1.386
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>	<b>(638.690)</b>	<b>(208.001)</b>
Prejuízo do exercício	(622.963)	(201.097)	(622.963)	(201.097)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(15.727)	(6.904)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>(482.979)</b>	<b>(26.308)</b>	<b>(348.178)</b>	<b>154.884</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

## **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - em Recuperação Judicial é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções, a fabricação e o fornecimento de bens de capital, equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

## **PROCESSO GLOBAL DA REESTRUTURAÇÃO E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visou proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, até o dia 24 de novembro de 2014.

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado no prazo determinado.

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Em 21 de maio de 2015, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas empresas do Grupo Inepar.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial os credores formalizaram a escolha da sua respectiva opção de recebimento dos créditos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da Homologação Judicial do Plano, portanto, o prazo encerrou-se em 21 de julho de 2015.

Dando sequência aos procedimentos legais sobre a Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, realizou Assembleias com os acionistas nos dias 14 e 15 de outubro e em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015, visando às emissões das ações e debêntures perpétuas necessárias para cumprir os compromissos com os credores da Recuperação Judicial de todas as empresas do Grupo.

As empresas Inepar já honraram com aproximadamente 83% dos compromissos assumidos no Plano de Recuperação na ordem de R\$ 1,9 bilhões, restando R\$ 292,8 milhões sendo que R\$ 39 milhões estavam vencidos no final do exercício de 2016.

Conforme o Plano de Recuperação Judicial, os ativos das empresas Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões (base novembro de 2014).

Os efeitos das conversões das dívidas em ações e debêntures foram refletidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015.

Com base em Parecer Contábil do Professor Eliseu Martins, a Companhia classificou nas demonstrações financeiras as debêntures perpétuas emitidas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento patrimonial em condições desfavoráveis, sendo mandatoriamente conversíveis em ações.

A diferença entre o passivo baixado e o valor justo da debênture emitida, foi reconhecida como outros resultados abrangentes e não no resultado do exercício.

Ainda, com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, em 2015, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 237.520 mil.

Destacamos ainda, que conforme as AGE's nºs 84º e 85º, realizadas em 25 de novembro e 28 de dezembro de 2015 respectivamente, foram autorizadas as 6º, 7ª, 8ª e 9ª emissão das debêntures perpétuas, totalizando o montante de R\$ 247.861 mil e as mesmas AGE's autorizaram também os aumentos de capital no montante de R\$ 163.592 mil.

O Plano de Recuperação Judicial propiciou à Companhia aderir ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) instituído pela Lei 12.996/2014 de 20/06/2014. A adesão ao referido Refis permitiu uma redução no montante dos débitos com o aproveitamento dos benefícios previstos na legislação aplicável, de redução de juros, multas e encargos legais, bem como a liquidação dos juros e multas remanescentes por meio da utilização do prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações societárias, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da Iesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A..
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A., o que nos permitiu recursos para a adesão ao Refis, e também permitiu recursos para encerrar o processo jurídico com a Itiquira Energética e Swiss RE.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da Iesa no capital da Inepar Capacitores S.A..

Estas monetizações de ativos “non-core” como Andritz e TIISA, propiciaram que as empresas Inepar fizessem a adesão ao programa Refis, permitindo assim uma redução considerável das suas dívidas tributárias.

A Inepar S.A. Indústria e Construções celebrou em 21 de novembro de 2016 contrato de prestação de serviços de escrituração com o Banco Petra S.A., para atuar como escriturador e banco liquidante das debêntures, sendo que o referido banco realizou a entrega das debêntures aos credores quirografários que optaram por converter os seus créditos em debêntures, nos termos do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, e aos acionistas que exerceram o direito de preferência para subscrição das debêntures.

Após a reestruturação financeira efetivada nas empresas Inepar os credores concursais passarão a deter aproximadamente 83,5% de participação societária das empresas Inepar.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

A empresa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível.

No médio e longo prazo, com a recuperação da economia brasileira, a empresa através das suas subsidiárias tende a gerar oportunidade com projetos na área de infraestrutura, pois neste período de recuperação judicial efetuou uma readequação nas suas despesas operacionais e redução dos custos de fabricação.

A Companhia está atenta ao mercado para continuar vendendo os seus ativos “non-core”, o que deverá gerar saldo de caixa positivo.

Com o objetivo de manter a continuidade da empresa com geração de fluxo de caixa positivo para cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para os demais projetos que a empresa irá participar a administração está trabalhando para a concretização da intenção de alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação Judicial, entre os quais citamos:

- Alienação das ações da UPI IOG (Óleo&Gás), das ações da UPI de Charqueadas, e do imóvel de Macaé.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em direitos creditórios não padronizados) com diversos ativos financeiros, com o objetivo de liquidação das dívidas constantes do Plano de Recuperação Judicial.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Acordo com os bancos para liquidação da nossa dívida, utilizando principalmente as cotas do FIDC acima mencionado.
- Arbitragem envolvendo o cancelamento por parte da Petrobras do contrato de fornecimento de módulos para plataformas.

## **NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

### **a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

### **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora constante nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 23 de janeiro de 2018.

## **NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

### **3.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústrias e Construções - em Recuperação Judicial e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

## **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

## **3.3 Compensação Entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

## **3.4 Conversão em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

## **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

## **3.6 Ativos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## (b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

## (c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (“*impairment*”).

## 3.7 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “*impairment*” (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para “*impairment*” se necessária.

## 3.8 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

## **3.9 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

## **3.10 Imobilizado**

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

## **3.11 Intangível**

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

## **3.12 “Impairment” de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### **3.13 Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

### **3.14 Financiamentos e empréstimos**

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.15 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

### **3.17 Participação nos Lucros**

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas.

No consolidado, a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

### **3.18 Apuração do Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e, no consolidado, inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos, de acordo com a Resolução CFC no. 1.411/12 que deu nova redação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 17 – Contratos de Construção do Conselho Federal de Contabilidade.

### **3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas**

As receitas de vendas, no consolidado, compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda; e
- (iv) pelo método da percentagem completada, a receita do contrato é reconhecida na Demonstração do Resultado nos períodos contábeis em que o trabalho for executado, o mesmo ocorrendo com os custos do trabalho com os quais se relaciona, conforme determina a NBC TG 17 – Contratos de Construção.

### **3.20 Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### **3.21 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

## **3.22 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2018 e substitui a IAS 11 – Contratos de construções, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.
- IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não possui norma brasileira equivalente) – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

## **NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC números 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- c) **Derivativos:** A Companhia não mantém operações em derivativos.
- d) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- e) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- f) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

## • Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas e coligadas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de crédito. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

## • Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso, a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

## • Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

## • Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

## • Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

## ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Exposição Cambial

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial				
Descrição	31/12/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivos				
Divida Bancária	31.277	33.108	39.096	46.915
Exposição Líquida - R\$ Mil	31.277	33.108	39.096	46.915
Exposição Líquida - US\$ Mil	9.597	9.597	9.597	9.597
Taxa Dólar	3,26	3,45	4,07	4,89

Cenário I: Variação de taxa na média atual do dólar

Cenário II: Variação de 25% na taxa do dólar

Cenário III: Variação de 50% na taxa do dólar

## Variação Cambial

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência, principalmente, de empréstimos em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía uma exposição cambial de US\$ 9,650 milhões, conforme quadro acima.

## Exposição a Juros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução nº475/08 e 550/08.

## Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 2015 conforme balanço patrimonial <u>Circulante</u>	justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	ativos financeiros	Total	de 2015 conforme balanço patrimonial <u>Circulante</u>	passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	155	19	-	174	Fornecedores (f)	19.277	19.277
Contas a receber (b)	-	21.270	-	21.270	Empréstimos e financiamentos (g)	74.688	74.688
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.780	-	32.780	Debêntures (h)	115.955	115.955
Outros créditos (e)	-	-	989	989	Títulos a pagar (i)	3.170	3.170
<b>Total Circulante</b>	<b>155</b>	<b>54.069</b>	<b>989</b>	<b>55.213</b>	Outras contas a pagar (j)	134.072	134.072
					<b>Total Circulante</b>	<b>347.162</b>	<b>347.162</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	245.405	245.405
Títulos e valores mobiliários (c)	-	13.071	-	13.071	Títulos a pagar (i)	1.600	1.600
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	15.973	15.973
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>21.327</b>	<b>-</b>	<b>21.327</b>	<b>Total Não Circulante</b>	<b>262.978</b>	<b>262.978</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>155</b>	<b>75.396</b>	<b>989</b>	<b>76.540</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>610.140</b>	<b>610.140</b>

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial <u>Circulante</u>	Controladora				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial <u>Circulante</u>	Controladora	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes (a)	87	11	-	98	Fornecedores (f)	20.498	20.498
Contas a receber (b)	-	9.796	-	9.796	Empréstimos e financiamentos (g)	93.387	93.387
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.782	-	32.782	Debêntures (h)	125.295	125.295
Outros créditos (e)	-	-	3.323	3.323	Títulos a pagar (i)	32.478	32.478
<b>Total Circulante</b>	<b>87</b>	<b>42.589</b>	<b>3.323</b>	<b>45.999</b>	Outras contas a pagar (j)	134.304	134.304
					<b>Total Circulante</b>	<b>405.962</b>	<b>405.962</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber (b)	-	482	-	482	Empréstimos e financiamentos (g)	255.444	255.444
Títulos a receber (d)	-	7.774	-	7.774	Outras contas a pagar (j)	9.162	9.162
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.256</b>	<b>-</b>	<b>8.256</b>	<b>Total Não Circulante</b>	<b>264.606</b>	<b>264.606</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>87</b>	<b>50.845</b>	<b>3.323</b>	<b>54.255</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>670.568</b>	<b>670.568</b>

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes (a)	352	4.762	-	5.114	Fornecedores (f)	99.070	99.070
Contas a receber (b)	-	260.017	-	260.017	Empréstimos e financiamentos (g)	197.211	197.211
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.805	-	32.805	Debêntures (h)	115.955	115.955
Títulos a receber (d)	-	21.866	-	21.866	Títulos a pagar (i)	3.309	3.309
Outros créditos (e)	-	-	27.547	27.547	Outras contas a pagar (j)	185.894	185.894
<b>Total Circulante</b>	<b>352</b>	<b>319.450</b>	<b>27.547</b>	<b>347.349</b>	<b>Total Circulante</b>	<b>601.439</b>	<b>601.439</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	272.179	272.179
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	72.264	72.264	Títulos a pagar (i)	1.600	1.600
Títulos a receber (d)	-	7.927	-	7.927	Outras contas a pagar (j)	21.916	21.916
Outros Créditos (e)	-	-	43.322	43.322			
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>44.326</b>	<b>115.586</b>	<b>159.912</b>	<b>Total Não Circulante</b>	<b>295.695</b>	<b>295.695</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>352</b>	<b>363.776</b>	<b>143.133</b>	<b>507.261</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>897.134</b>	<b>897.134</b>

  

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Consolidado				Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros ativos financeiros	Total		Outros passivos financeiros	Total
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes (a)	291	1.369	-	1.660	Fornecedores (f)	100.725	100.725
Contas a receber (b)	-	220.628	-	220.628	Empréstimos e financiamentos (g)	183.118	183.118
Títulos e valores mobiliários (c)	-	32.797	-	32.797	Debêntures (h)	125.295	125.295
Títulos a receber (d)	-	4.160	-	4.160	Títulos a pagar (i)	32.616	32.616
Outros créditos (e)	-	-	50.295	50.295	Outras contas a pagar (j)	220.029	220.029
<b>Total Circulante</b>	<b>291</b>	<b>258.954</b>	<b>50.295</b>	<b>309.540</b>	<b>Total Circulante</b>	<b>661.783</b>	<b>661.783</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>Não Circulante</b>		
Contas a receber (b)	-	36.399	-	36.399	Empréstimos e financiamentos (g)	277.175	277.175
Títulos a receber (d)	-	8.052	-	8.052	Outras contas a pagar (j)	13.407	13.407
Outros Créditos (e)	-	-	36.360	36.360			
<b>Total Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>44.451</b>	<b>36.360</b>	<b>80.811</b>	<b>Total Não Circulante</b>	<b>290.582</b>	<b>290.582</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>291</b>	<b>303.405</b>	<b>86.655</b>	<b>390.351</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>952.365</b>	<b>952.365</b>

## (a) Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras estão estruturadas em CDB's, e corrigidas em base exponencial "pro rata die", desde a data de origem de cada aplicação, por taxas pós-fixadas, portanto, os valores contábeis já estão registrados pelo valor da moeda no encerramento destas demonstrações.

## (b) Contas a receber

As contas a receber do ativo circulante correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestações de serviço.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

## (c) Títulos e Valores Mobiliários

Os valores lançados como Empréstimos e Recebíveis referem-se às debêntures não conversíveis em ações de emissão da GFS Premium Administração e Participações S.A. (Companhia incorporada em 15 de julho de 2011 pela Companhia Brasileira Diques) e da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., conforme informado na nota explicativa nº 7 itens “a” e “b”. Neste exercício efetuamos uma provisão para perdas das debêntures emitidas pela Ibrafem, por conta da incerteza da sua realização.

## (d) Títulos a receber

Referem-se, principalmente, aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó.

## (e) Outros Créditos

Referem-se, principalmente, aos adiantamentos efetuados às consorciadas pertencentes ao Consórcio IESA/Consbem responsáveis pelo fornecimento e instalação de vias permanentes para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), e aos créditos pela venda pela IESA Projetos de parte da participação societária na TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A..

## (f) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores pela Companhia e por suas controladas e coligadas.

## (g) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

## (h) Debêntures

O valor contábil das debêntures estão atualizados de acordo com as cláusulas contratuais constantes da escritura de subscrição.

## (i) Títulos a pagar

São valores devidos a terceiros, principalmente, por conta de acordos judiciais, e os valores estão atualizados pelo IGPM.

## (j) Outras contas a pagar

Referem-se, principalmente, aos valores devidos às empresas constituídas em consórcios/SCP, e seus valores estão atualizados.

## NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos Conta Movimento	11	19	1.369	4.763
Aplicação Financeira	87	155	291	351
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>98</b>	<b>174</b>	<b>1.660</b>	<b>5.114</b>

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 6 – CLIENTES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Clientes interno	23.758	33.663	316.086	343.087
Clientes externo	-	-	3.663	6.209
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(13.480)	(11.911)	(62.722)	(52.880)
	<b>10.278</b>	<b>21.752</b>	<b>257.027</b>	<b>296.416</b>
Circulante	9.796	21.270	220.628	260.017
Não circulante	482	482	36.399	36.399

Os valores contabilizados em Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa são apurados após análise individual de cada cliente, levando-se em consideração o período de atraso dos valores a receber e a situação atual de cada devedor.

## NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
	Debêntures Ibrafem (a)	-	13.071	-
Outras Aplicações e Títulos (b)	32.782	32.780	32.797	32.805
	<b>32.782</b>	<b>45.851</b>	<b>32.797</b>	<b>105.069</b>
Circulante	32.782	32.780	32.797	32.805
Não circulante	-	13.071	-	72.264

a) O valor de R\$ 72.264 no consolidado em 31/12/2015 refere-se a 46.060 debêntures não conversíveis em ações de emissão da Ibrafem Estruturas Metálicas S.A., emitidas em 30 de novembro de 2010, sendo 7.320 debêntures pertencentes à Inepar e 38.740 debêntures pertencentes a Iesa Transportes S.A. - em Recuperação Judicial. Neste exercício constituímos uma provisão para perdas, tendo em vista não termos expectativa de realização.

Conforme Ata da 1ª Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão Particular de Debêntures Não Conversíveis, realizada em 29/11/2012, foi alterada a data de vencimento das debêntures de 30/11/2016 para 30/11/2018, prorrogação e determinação do prazo da amortização programada e dos juros remuneratórios das referidas debêntures, para uma parcela única com vencimento em 30/11/2018.

b) Refere-se, principalmente, a compra de direitos creditórios, conforme instrumento particular assinado entre a Inepar e a empresa Atlântico Agropastoril Ltda., cujos valores serão utilizados para liquidação de passivos tributários (ICMS).

## NOTA 8 – ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Produtos em elaboração	1.166	2.116
Insumos e materiais	145.131	156.750
Adiantamentos a fornecedores	33.997	38.251
Importações em andamento	41.015	45.149
	<b>221.309</b>	<b>242.266</b>

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

## NOTA 9 – TÍTULOS A RECEBER

O saldo de títulos a receber está composto por valores da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial e das controladas IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, conforme demonstrado abaixo:

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos com terceiros (a)	7.774	7.774	7.774	7.774
Créditos com Prefeitura de Chapecó (b)	-	-	-	17.706
Debêntures 1º emissão CBD	-	-	4.142	4.142
Outros créditos	-	-	296	171
	<u>7.774</u>	<u>7.774</u>	<u>12.212</u>	<u>29.793</u>
Circulante	-	-	4.160	21.866
Não circulante	7.774	7.774	8.052	7.927

a) O valor lançado na rubrica de créditos com terceiros refere-se, aos créditos contra a DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamentos, por conta de processo em que a Inepar obteve decisão judicial favorável.

b) Refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e em 31/12/2015 estava contabilizado na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda.

## NOTA 10 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido (a)	-	317	-	317
Impostos e contribuições a compensar	1.062	3.858	4.233	6.209
ICMS a recuperar	53	53	4.528	4.300
IPI a recuperar	974	974	1.211	1.544
Pis/Cofins Lei 9.718/98	8.439	8.439	8.439	8.439
Adiantamentos efetuados - Parcelamentos (b)	20.822	20.241	30.915	33.984
Impostos e contribuições retidos na fonte	11	165	1.673	5.235
IRPJ Diferido sobre Diferenças Temporárias (a)	24.956	25.540	55.677	54.510
CSLL Diferido sobre Diferenças Temporárias (a)	8.984	9.194	20.044	19.623
Créditos tributários transferidos de terceiros (c)	2.016	1.998	2.016	6.069
Créditos fiscais a compensar	3.185	6.423	3.187	11.791
Demais Créditos (d)	7.182	10.768	8.966	12.926
	<u>77.684</u>	<u>87.970</u>	<u>140.889</u>	<u>164.947</u>
Circulante	13.641	20.615	24.449	43.708
Não circulante	64.043	67.355	116.440	121.239

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

a) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a créditos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, reconhecidos até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

b) Constituição de créditos por conta de pagamentos efetuados antecipadamente para a Receita Federal do Brasil e que serão compensados nos próximos parcelamentos.

c) Refere-se aos créditos fiscais recebidos da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A, que foram transferidos para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial, quando da venda da participação acionária da AHI, realizada no exercício de 2015. Estes créditos foram utilizados pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% prevista no programa Refis Lei 12.996/2014. O saldo remanescente será utilizado para pagamento das parcelas vincendas deste parcelamento. Para a utilização destes créditos a Inepar obteve parecer favorável da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Araraquara-SP.

d) Correspondem, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição de INSS recolhidos indevidamente junto à Receita Federal do Brasil e que se encontram na fase de análise.

## NOTA 11 – OUTROS CRÉDITOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamentos a empregados	89	65	2.051	2.435
Créditos com empresas constituídas em SCP(a)	-	-	8.847	8.847
Adiantamentos a fornecedores	1.795	382	2.551	5.034
Notas de debito a emitir/receber	-	-	1.496	729
Valores a receber-Venda da participação da TIISA(b)	-	-	26.791	29.803
Furnas Centrais Elétricas S/A	950	-	950	-
Prefeitura Municipal de Chapecó(d)	-	-	17.021	-
Créditos com a Central Cia de Transportes©	-	-	16.294	16.293
Outros	489	542	10.654	7.728
	<b>3.323</b>	<b>989</b>	<b>86.655</b>	<b>70.869</b>
Circulante	3.323	989	50.295	27.547
Não circulante	-	-	36.360	43.322

a) Refere-se aos adiantamentos efetuados às sócias da SCP (Sociedade por Conta de Participação) IESA/Consbem, responsável por um empreendimento junto a Companhia de Transporte de Salvador (CTS).

b) Refere-se ao saldo do valor da venda pela IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial, de 32,47% da participação societária da TIISA – Triunfo IESA Infraestrutura S.A., conforme contrato de compra e venda de ações de 01/12/2014, devidamente aprovada pelo Juiz da Recuperação Judicial. Do saldo de R\$ 26.791, o valor de R\$ 14.930 refere-se ao crédito de energia elétrica recebida como parte de pagamento para ser consumida pela Iesa até 2019, e o saldo restante de R\$ 11.861, refere-se as parcelas vencidas e não recebidas no exercício de 2016.

c) Refere-se à ação ordinária de cobrança em fase de cumprimento de sentença movida contra a Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística.

d) Refere-se aos créditos devidos pela Prefeitura Municipal de Chapecó e está contabilizado na controlada IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 12 – INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Participação em controladas/coligadas ( a )	515.516	534.905	223.694	226.585
Bens não operacionais	23	23	23	23
Propriedade para Investimentos ( b )	-	-	32.765	32.765
Outros investimentos ( c )	2.616	2.616	3.304	3.304
	<b>518.155</b>	<b>537.544</b>	<b>259.786</b>	<b>262.677</b>

### a) Participações em empresas controladas/coligadas

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Resultado de Equivalência	Valor do Investimento	
					31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas/Coligadas</u>						
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (i)	200.809	(822.106)	(402.319)	(402.319)	-	-
Companhia Brasileira de Diques S.A. (ii)	2.637	336.733	(12.421)	(6.176)	167.423	169.204
Penta Participações e Investimento Ltda. (iii)	230.601	170.282	863	863	170.282	169.419
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	191.423	177.811	(18.471)	(18.471)	177.811	196.282
Innovida Participações S.A.	12.541	(6.546)	-	-	-	-
				<b>(426.103)</b>	<b>515.516</b>	<b>534.905</b>

	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação em %	Participação no capital votante em %
	O . N.	P. N.		
<u>Controladas/Coligadas</u>				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	74,60	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	49,72	49,72
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

### (i) IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial

A Companhia capitalizou em 2003 a controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30 de abril e 31 de maio de 2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003.

Tendo em vista a IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial apresentar Passivo a Descoberto em 31 de dezembro de 2016, a Inepar constituiu provisão até a totalidade do valor do passivo a descoberto conforme descrito na nota 25.

### (ii) Companhia Brasileira de Diques S.A.

Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital da Companhia Brasileira de Diques, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras Avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de Junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da INEPAR S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial foi reduzida para 49,72%.

### (iii) Penta Participações e Investimentos Ltda.

Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses – CEMAT. Em

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 de dezembro de 2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

## b) Propriedade para Investimentos

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

## d) Outros investimentos

O valor de outros investimentos no consolidado corresponde principalmente aos investimentos na Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A..

## NOTA 13 – IMOBILIZADO

Controladora	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outros	Total
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2015								
Custo	20.129	197.816	23.653	21	5.515	16	3.989	251.139
Depreciação Acumulada	-	(84.257)	(22.416)	(5)	(5.014)	(7)	(1.767)	(113.466)
Valor contábil líquido	20.129	113.559	1.237	16	501	9	2.222	137.673
Baixas	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Depreciação	-	(4.004)	(191)	(2)	(23)	-	-	(4.220)
Baixas da Depreciação	-	-	-	-	-	3	-	3
Saldo Final	20.129	109.555	1.046	14	478	9	2.222	133.453
Em 31 de Dezembro de 2016								
Custo	20.129	197.816	23.653	21	5.515	13	3.989	251.136
Depreciação Acumulada	-	(88.261)	(22.607)	(7)	(5.037)	(4)	(1.767)	(117.683)
Valor contábil líquido	20.129	109.555	1.046	14	478	9	2.222	133.453
Consolidado								
Taxas anuais de depreciação	0%	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
Em 31 de Dezembro de 2015								
Custo	29.741	233.446	214.358	6.847	11.980	17.805	82.610	596.787
Depreciação Acumulada	-	(90.626)	(102.480)	(4.520)	(5.499)	(10.220)	(1.767)	(215.112)
Valor contábil líquido	29.741	142.820	111.878	2.327	6.481	7.585	80.843	381.675
Adições	-	-	90	64	-	25	-	179
Baixas	-	-	(7.121)	(45)	-	(99)	-	(7.265)
Baixa Alienação Inepar Capacitores	-	-	(666)	(65)	(26)	(22)	-	(779)
Depreciação	-	(4.464)	(8.607)	(401)	(269)	(1.422)	-	(15.163)
Baixas da Depreciação	-	-	3.101	27	-	57	-	3.185
Transferências	-	-	-	-	1.716	-	(1.716)	-
Saldo Final	29.741	138.356	98.675	1.907	7.902	6.124	79.127	361.832
Em 31 de Dezembro de 2016								
Custo	29.741	233.446	206.661	6.801	13.670	17.709	80.894	588.922
Depreciação Acumulada	-	(95.090)	(107.986)	(4.894)	(5.768)	(11.585)	(1.767)	(227.090)
Valor contábil líquido	29.741	138.356	98.675	1.907	7.902	6.124	79.127	361.832

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

## **Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação**

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

## **NOTA 14 – INTANGÍVEL**

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA	Marcas e		Total
	Patentes	Ágio sobre Investimentos	
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2015			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513
Em 31 de Dezembro de 2016			
Custo	247	391.513	391.760
Amortização acumulada	(247)	-	(247)
Valor contábil líquido	-	391.513	391.513

CONSOLIDADO	Marcas e		Acervo Técnico	Desenvolv Projetos	Programas de Computador	Ágio sobre Investimentos	Total
	Patentes						
Taxas anuais de amortização	20%	0%	20%	20%	0%		
Em 31 de Dezembro de 2015							
Custo	247	5.000	937	34.076	391.513	431.773	
Amortização acumulada	(247)	-	(576)	(8.651)	-	(9.474)	
Valor contábil líquido	-	5.000	361	25.425	391.513	422.299	
Baixa Alienação Inepar Capacitores	-	(5.000)	-	-	-	(5.000)	
Amortização	-	-	(88)	(2.620)	-	(2.708)	
Saldo Final	-	-	273	22.805	391.513	414.591	
Em 31 de Dezembro de 2016							
Custo	247	-	937	34.076	391.513	426.773	
Amortização acumulada	(247)	-	(664)	(11.271)	-	(12.182)	
Valor contábil líquido	-	-	273	22.805	391.513	414.591	

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A., foi efetuada pela empresa especializada Moore Stephens Auditores e Consultores e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perfaz o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em novembro de 2014, para fins de constar no Plano de Recuperação Judicial, o valor da Companhia Brasileira de Diques (CBD), permanece até este exercício com valorização de R\$ 650 milhões, correspondente à participação da Inepar S.A. Indústria e Construções – em recuperação judicial.

Neste exercício foi emitido novo laudo de avaliação onde foi confirmado os valores anteriormente informados.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 15 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Modalidade				
Arrendamentos Financeiros	-	-	23.573	17.061
Ativo Permanente	37.401	18.701	49.622	31.467
Capital de Giro	55.986	55.987	110.010	148.904
Custos com transf. Financeiras	-	-	(87)	(221)
<b>Total Circulante</b>	<b>93.387</b>	<b>74.688</b>	<b>183.118</b>	<b>197.211</b>
Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Modalidade				
Adiantamento de Câmbio	-	-	19.056	23.244
Ativo Permanente	255.444	245.405	258.119	245.405
Arrendamentos Financeiros	-	-	-	3.618
Custos com trans. Financeiras	-	-	-	(88)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>255.444</b>	<b>245.405</b>	<b>277.175</b>	<b>272.179</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>348.831</b>	<b>320.093</b>	<b>460.293</b>	<b>469.390</b>
Por Data de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos	74.688	57.588	156.734	154.700
Em até 12 meses	18.700	17.100	26.385	42.802
De 1 a 2 anos	19.900	38.600	24.245	42.485
De 2 a 3 anos	16.778	40.518	18.447	42.455
De 3 a 4 anos	14.190	49.576	15.859	51.513
De 4 a 5 anos	14.190	61.970	15.859	63.907
Acima de 5 anos	190.385	54.741	202.764	71.528
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>348.831</b>	<b>320.093</b>	<b>460.293</b>	<b>469.390</b>
Por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais - R\$	348.831	320.093	429.016	433.380
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	31.277	36.010
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>348.831</b>	<b>320.093</b>	<b>460.293</b>	<b>469.390</b>

Os empréstimos e financiamentos em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3,90 em 31 de dezembro 2015).

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes.

## NOTA 16 - DEBÊNTURES (CONTROLADORA)

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Emissão	Empresa	Saldo 31/12/2015	Adições/ Baixas	Varição Monetária	Saldo 31/12/2016
3ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	-	1.861	-	1.861
4ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	-	2.241	-	2.241
5ª	Inepar S.A. Indústria e Construções	115.955	-	5.238	121.193
<b>SALDO CONTROLADORA</b>		<b>115.955</b>	<b>4.102</b>	<b>5.238</b>	<b>125.295</b>

## *Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial*

A 80ª Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de julho de 2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando o montante de R\$ 150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

As Debêntures emitidas possuem garantias reais representadas pela cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel. As Debêntures contarão com as garantias a seguir descritas:

- (i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de instrumentos celebrados pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial e seus clientes, bem como dos direitos emergentes da conta vinculada e de suas aplicações;
- (ii) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial;
- (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios sobre aplicação financeira de titularidade da Companhia; e
- (iv) fiança em favor dos Debenturistas ou seus sucessores legais, prestada pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, pela Iesa - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e pela IESA Óleo & Gás S.A. – em Recuperação Judicial, as quais se obrigarão solidariamente à Companhia como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento de todos e quaisquer valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

## Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à remuneração composta pela atualização monetária e pelos juros remuneratórios, pagos mensalmente, a partir do 13º mês contado da data de emissão (alterado pela 5º AGD de 26/03/2013), conforme abaixo:

Atualização Monetária: o saldo devedor do valor nominal unitário será atualizado, a partir da data da 1ª (primeira) integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A atualização monetária será automaticamente incorporada ao valor nominal unitário e será paga juntamente com as parcelas de amortização programada;

Juros Remuneratórios: sobre o saldo devedor do valor nominal unitário atualizado, incidirão juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data da primeira integralização ou data de pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento;

Prazo de Carência: haverá período de carência para pagamento da Amortização Programada e da Remuneração, o qual corresponderá ao período entre a data de emissão e o 14º (décimo quarto) mês contado da data de emissão (alterado pela 18º AGD de 27/09/2013).

Data de Vencimento: 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 27 de julho de 2016.

Amortização Programada das Debêntures: a amortização programada das Debêntures será realizada mensalmente, juntamente com o pagamento da remuneração, nas datas e nos percentuais aduzidos na

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

escritura de emissão, devendo os percentuais das amortizações programadas serem aplicados sempre sobre o valor nominal unitário atualizado existente após o evento de incorporação da atualização monetária, calculada na data de amortização programada.

Até 31 de dezembro de 2016, haviam sido subscritas 8.634 debêntures, cujo saldo contábil atualizado registrado no passivo é de R\$ 121.193.

Conforme deliberação da 22ª Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão, realizada em 16 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas deliberou pelo vencimento antecipado da operação. Em virtude desta decisão, os valores foram reclassificados para o passivo circulante.

A Empresa está em negociações com os debenturistas para a liquidação do saldo existente.

## **NOTA 17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	396.262	364.775	448.437	412.971
ICMS a recolher/Parcelamentos	36.978	34.474	44.745	44.216
INSS a recolher/Parcelamentos	3.888	3.623	22.586	20.858
PIS/COFINS Diferidos	518	518	11.932	12.394
ISS a recolher/Parcelamentos	7.231	6.910	19.338	18.708
PIS/COFINS a recolher/Parcelamentos	8.508	5.749	35.342	32.950
Impostos e Contribuições retidos na fonte	-	-	3.862	3.501
Parcelamento simplificado (Pepar)	-	-	19.776	-
Débito previdenciário não consolidado	61.021	-	92.100	-
Parcelamento Refis lei 12.996/14 (b)	15.792	41.070	137.135	181.850
Outros	7.596	6.882	13.787	15.722
	<b>537.794</b>	<b>464.001</b>	<b>849.040</b>	<b>743.170</b>
Circulante	302.228	207.949	469.114	297.548
Não Circulante	235.566	256.052	379.926	445.622

a) Refere-se aos valores remanescentes dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 11.941, de 2009, conforme artigo 1º demais débitos no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais parcelamentos que estavam consolidados de acordo com a Lei nº 11.941 foram transferidos para os parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014.

O valor de R\$ 448.437, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	396.262
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	37.876
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	14.299
<b>TOTAL</b>	<b>448.437</b>

b) Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos.

Os efeitos contábeis dos parcelamentos solicitados através da Lei nº 12.996, foram reconhecidos no exercício de 2015 tendo em vista que a empresa, por questões financeiras, não apresentou, em agosto de 2014, os recolhimentos das antecipações.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para quitação das antecipações de até 20% previstas no Programa Refis da Lei 12.996, em 27 de julho de 2015 a Inepar obteve decisão judicial favorável quanto à utilização de créditos depositados judicialmente pela empresa AHI (Andritz Hidro Inepar).

A consolidação dos débitos tributários no âmbito da Receita Federal do Brasil foi efetuada em setembro de 2015, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1064 de 30 de julho de 2015 e os demais débitos previdenciários ainda serão consolidados. Para liquidação dos juros e multas foram utilizados créditos com base no prejuízo fiscal e base negativa de CSLL nos montantes de R\$ 58.341 e R\$ 21.003 respectivamente.

A Empresa está efetuando os pagamentos dos parcelamentos.

O valor de R\$ 137.135, referente ao total dos débitos inclusos no Parcelamento Especial da Lei 12.996/14 está composto pelas Companhias:

EMPRESAS	VALOR (R\$ mil)
Inepar S.A. Indústria e Construções	15.792
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	90.090
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	31.253
<b>TOTAL</b>	<b>137.135</b>

## NOTA 18 - PROVISÃO DE CUSTOS E ENCARGOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	6.402	6.371
ISS s/Receitas	-	-	775	762
Custos a Incorrer	-	-	333.426	342.963
	<b>2.303</b>	<b>2.303</b>	<b>340.603</b>	<b>350.096</b>
Circulante	-	-	338.300	347.793
Não Circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Provisão de custos e encargos refere-se a etapas de serviços contratados que ainda não foram faturados pelos respectivos fornecedores. O valor de R\$ 333.426, no consolidado refere-se, principalmente, ao projeto de Charqueadas da controlada IESA Óleo & Gás – em recuperação judicial, cujo contrato encontra-se cancelado por parte da TUPI BV e cuja rescisão será discutida em processo de arbitragem internacional.

## NOTA 19 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Adiantamentos ou sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

## NOTA 20 – IMPOSTOS DIFERIDOS

### **20.1 Tributos Diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora						
	Tributos Diferidos Ativos			Tributos Diferidos Passivos			
	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2015	317	34.735	35.052	17.334	18.343	(625)	35.052
Constituição dos Tributos	-	346	346	-	-	9	9
Baixa dos Tributos	(317)	(307)	(624)	(154)	(133)	-	(287)
Em 31 de março de 2016	-	34.774	34.774	17.180	18.210	(616)	34.774
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	8	8
Baixa dos Tributos	-	(278)	(278)	(154)	(132)	-	(286)
Em 30 de junho de 2016	-	34.496	34.496	17.026	18.078	(608)	34.496
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	8	8
Baixa dos Tributos	-	(278)	(278)	(154)	(132)	-	(286)
Em 30 de setembro de 2016	-	34.218	34.218	16.872	17.946	(600)	34.218
Constituição dos Tributos	-	-	-	-	-	8	8
Baixa dos Tributos	-	(278)	(278)	(154)	(132)	-	(286)
Em 31 de dezembro de 2016	-	33.940	33.940	16.718	17.814	(592)	33.940
<b>ANUAL</b>							
Constituição dos Tributos	-	346	346	-	-	33	33
Baixa dos Tributos	(317)	(1.141)	(1.458)	(616)	(529)	-	(1.145)
Em 31 de dezembro de 2016	-	33.940	33.940	16.718	17.814	(592)	33.940

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(602.124)</b>	<b>(280.441)</b>	<b>(617.533)</b>	<b>(351.286)</b>
<b>IRPJ / CSLL Alíquota Nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Total Tributos	-	-	(378)	(2.206)
<b>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</b>				
Adições/Exclusões	(165.714)	(55.463)	(21.860)	(68.438)
Prejuízo Fiscal	-	79.344	-	142.400
Resultado de Equivalência Patrimonial	144.875	55.463	703	71.529
<b>IRPJ / CSLL no Resultado</b>	<b>(20.839)</b>	<b>79.344</b>	<b>(21.157)</b>	<b>143.285</b>
Tributos Correntes	(20.312)	79.871	(25.217)	176.511
Tributos Diferidos	(527)	(527)	4.060	(33.226)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-3,46%</b>	<b>28,29%</b>	<b>3,43%</b>	<b>-40,79%</b>

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20.2 Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(542.930)</b>	<b>(280.441)</b>	<b>(548.339)</b>	<b>(351.286)</b>
<b>IRPJ / CSLL Alíquota Nominal</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Total Tributos	-	-	(378)	(2.206)
<b>Ajustes Apuração Alíquota Efetiva</b>				
Adições/Exclusões	(145.588)	(55.463)	(21.860)	(68.438)
Prejuízo Fiscal	-	79.344	-	142.400
Resultado de Equivalência Patrimonial	124.749	55.463	703	71.529
<b>IRPJ / CSLL no Resultado</b>	<b>(20.839)</b>	<b>79.344</b>	<b>(21.157)</b>	<b>143.285</b>
Tributos Correntes	(20.312)	79.871	(25.217)	176.511
Tributos Diferidos	(527)	(527)	4.060	(33.226)
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-3,84%</b>	<b>28,29%</b>	<b>3,86%</b>	<b>-40,79%</b>

## NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas incluídas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam.

Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2016 nas demonstrações financeiras da controladora:

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Ativo Circulante</b>		<b>Ativo Não Circulante</b>	
	<b>Contas a receber</b>		<b>Mútuos</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	-	-	-	66.886
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	-	-	151.831	106.087
Inepar Administração e Participações S.A	-	-	78.332	65.575
Inepar Telecomunicações S.A	-	-	249	252
Iesa - Óleo & Gás S.A	-	-	58.323	183.491
Sadefem Equipamentos e Montagens S.A	-	-	-	45.239
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A	-	-	1.925	1.925
Iesa Transportes S.A	-	-	48.962	48.962
Inepar Administração e Participações S.A-Saldo RJ	-	-	-	2.146
Contas a receber empresas ligadas	-	-	5.157	4.585
AFAC Inepar Innovida Latin América S.A	-	-	6	6
AFAC Inepar Innovida Participações S.A	-	-	5.400	5.400
AFAC Penta Participações S.A	-	-	9.891	9.891
AFAC Usina Hidrelétrica de Cubatão	-	-	646	646
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>360.722</b>	<b>541.091</b>
	<b>Passivo Circulante</b>		<b>Passivo Não Circulante</b>	
	<b>Contas a receber</b>		<b>Mútuos</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	-	-	-	32.969
Iesa - Óleo & Gás S.A	-	-	201.995	61.827
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	-	-	-	270.085
Penta Participações S.A	-	-	155.491	155.464
Demais empresas	-	-	381	20
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>357.867</b>	<b>520.365</b>
	<b>Resultado(Receitas)</b>		<b>Resultado(Despesas)</b>	
	<b>Receitas financeiras</b>		<b>Despesas financeiras</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	-	-	2.546	2.200
Iesa - Óleo & Gás S.A	-	-	431	246
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	10	-	-	-
Penta Participações S.A	-	15	-	250
	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>2.977</b>	<b>2.696</b>

**Mútuos:** a tabela a seguir, apresenta a movimentação de mútuos com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos de mútuo são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>ATIVO</b>	<b>Saldo 31/12/2015</b>	<b>Adições Baixas</b>	<b>Varição Monetária</b>	<b>Saldo 31/12/2016</b>
<b>Empresas</b>				
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	66.886	(66.896)	10	-
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	106.087	45.744	-	151.831
Inepar Administração e Participações S.A	65.575	12.757	-	78.332
Inepar Telecomunicações S.A	252	(3)	-	249
Iesa - Óleo & Gás S.A	183.491	(125.168)	-	58.323
Sadefem Equipamentos e Montagens S.A	45.239	(45.239)	-	-
TT Brasil Estrutura Metálicas S.A	1.925	-	-	1.925
Iesa Transportes S.A	48.962	-	-	48.962
Inepar Administração e Participações S.A-Saldo RJ	2.146	(2.146)	-	-
Contas a receber empresas ligadas	4.585	572	-	5.157
AFAC Inepar Innovida Latin América S.A	6	-	-	6
AFAC Inepar Innovida Participações S.A	5.400	-	-	5.400
AFAC Penta Participações S.A	9.891	-	-	9.891
AFAC Usina Hidrelétrica de Cubatão	646	-	-	646
	<b>541.091</b>	<b>(180.379)</b>	<b>10</b>	<b>360.722</b>
<b>PASSIVO</b>				
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A (b)	32.969	(35.515)	2.546	-
Iesa - Óleo & Gás S.A (a)	61.827	139.737	431	201.995
Inepar Equipamentos e Montagens S.A (c)	270.085	(270.085)	-	-
Penta Participações S.A (d)	155.464	27	-	155.491
Demais empresas	20	361	-	381
	<b>520.365</b>	<b>(165.475)</b>	<b>2.977</b>	<b>357.867</b>

- a) Refere-se, principalmente aos valores a pagar decorrentes da compra de 86.659 ações ordinárias da Companhia Brasileira de Diques pela Inepar Administração e Participações S.A. – em Recuperação Judicial, cujo crédito foi transferido para a Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial.
- b) Refere-se, principalmente, aos recebíveis registrados na controlada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A que foram envolvidos na negociação da venda da participação da Inepar na Andritz.
- c) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- d) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$ 151.792, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

## **NOTA 22 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	31/12/2016		31/12/2015	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	Possível	Provável	Possível	Provável
<b>Trabalhistas</b>	402	30.489	-	27.270
<b>Tributárias</b>	121.033	22.078	359.384	37.428
<b>Cíveis</b>	33.249	4.894	62.960	3.799
	<b>154.684</b>	<b>57.461</b>	<b>422.344</b>	<b>68.497</b>

**Trabalhistas** – reclamationárias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 30.891 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

**Tributárias** – representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

**Cíveis** – na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

## **Contrato com a Tupi BV / Petrobras**

O contrato assinado entre a Iesa Óleo & Gas S.A. – em recuperação judicial e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em clausula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de contas a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer.

## **NOTA 23 – PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO**

Refere-se à provisão do passivo á descoberto no montante total R\$ 614.655 para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A – em Recuperação Judicial e Inepar Innovida Participações S.A.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 24 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Consbem Construções e Comercio Ltda	-	-	2.508	2.508
Gastos com despesas aduaneiras	-	-	2.381	3.129
Delft Administração e Participações S/A	-	-	3.383	3.168
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas	9.842	9.842	13.173	12.777
Triunfo Infraestrutura S/A	-	-	3.013	4.182
RTT Participações	-	-	4.379	4.379
Participações nos lucros	-	-	3.485	3.485
Bressa Participações	-	-	2.297	5.710
MDC Assessoria	-	-	24.528	-
Gesempre Gestão Empresarial	-	-	33.241	20.884
Outras contas a pagar	44.496	44.835	51.919	52.220
Swiss Re Corporate	17.905	23.773	17.905	23.773
Andriz Hydro	68.223	68.595	68.223	68.595
	<b>143.466</b>	<b>150.045</b>	<b>233.435</b>	<b>207.810</b>
Circulante	134.304	134.072	220.029	185.894
Não circulante	9.162	15.973	13.406	21.916

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.
- c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFIS da Lei nº 12.996/2014. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais.

## NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) **Capital Social**

O Capital Social integralizado é de R\$ 407.299, formado por 86.123.467 ações ordinárias e 63.136.159 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

### b) **Reserva de Capital**

As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 155.272 e está assim composta:

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

## **c) Reserva de Reavaliação**

Ativos Próprios – constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas – composta pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial e IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados.

A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

## **d) Debêntures Perpétuas**

As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 247.861 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25 de novembro de 2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28 de dezembro de 2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$ 1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R 3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

## **e) Créditos quirografários a converter**

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 238.097. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

## **f) Ajustes de avaliação patrimonial**

A rubrica de ajuste de avaliação patrimonial apresenta o saldo de R\$ 797.503, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 727.651, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª e 9ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com a escritura desta emissão.

Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que as mesmas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## g) Destinação do Lucro

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

## NOTA 26 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Numerador</b>		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(278.098)	(89.772)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(344.865)	(111.325)
	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	63.136	63.136
Quantidade de ações ordinárias emitidas	86.124	86.124
<b>Total</b>	<b>149.260</b>	<b>149.260</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</b>		
Ação preferencial	(4,405)	(1,422)
Ação ordinária	(4,004)	(1,293)

## NOTA 27 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Vendas Mercado Interno	-	20.701	74.884	358.487
Vendas Mercado Externo	-	-	2.700	137.832
(-) Devoluções e Abatimentos	-	-	(586)	(10.340)
(-) Impostos sobre as Vendas	-	(872)	(8.148)	(34.962)
<b>Receita de Vendas</b>	<b>-</b>	<b>19.829</b>	<b>68.850</b>	<b>451.017</b>

A redução das receitas neste exercício ocorreu em virtude dos encerramentos de diversos contratos, e principalmente pelo cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataformas, que estavam em fabricação no município de Charqueadas.

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 28 – DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre impostos e contribuições	(57.486)	(60.348)	(101.971)	(101.739)
Juros / despesas bancárias	(48.274)	(28.273)	(88.420)	(58.333)
Atualizações de Mútuos Passivos	(2.977)	(2.696)	(1.628)	(1.785)
Variação monetária passiva	(368)	(12.576)	(401)	(12.631)
Outras despesas financeiras	(664)	-	(22.054)	(15.093)
Ajuste conversão RJ (a)	-	(63.327)	(2)	(65.728)
Variações cambiais	(96)	(34)	(6.332)	(15.803)
	<b>(109.865)</b>	<b>(167.254)</b>	<b>(220.808)</b>	<b>(271.112)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	1	1.740	1.404	4.002
Receitas atualização debêntures	1.640	1.806	1.640	1.806
Juros auferidos	28	190	1.159	363
Deságio contratos BNDES (b)	-	88.331	-	88.331
Variações monetárias ativas	-	49	1.183	1.224
Atualizações de Mútuos Ativos	10	16	879	1.080
Outras receitas financeiras	567	7.690	4.026	53.199
Variações cambiais	44	137	13.541	6.512
	<b>2.290</b>	<b>99.959</b>	<b>23.832</b>	<b>156.517</b>
	<b>(107.575)</b>	<b>(67.295)</b>	<b>(196.976)</b>	<b>(114.595)</b>

## NOTA 29 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos sinistros com bens do ativo permanente e dos estoques.

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado junto a Seguradora.

A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP, atualmente utilizada pela IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Para redução dos riscos relacionados ao não cumprimento do desempenho contratado pelos clientes, a Companhia adquiriu “seguros performance”, que garantem o ressarcimento de até R\$ 111.098 de eventuais multas contratuais.

Principais coberturas/limites máximos de indenização validos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

<b>Modalidade</b>	<b>Objeto</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Vigência</b>
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	174.000	De 10/10/2015 a 10/10/2016

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Limite máximo de garantia da apólice R\$ 174.000

## NOTA 30 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Salários	1.726	2.229	51.591	92.520
Gastos Previdenciários	1.406	1.847	12.663	19.904
Participação nos resultados	-	58	-	58
<b>Total</b>	<b>3.132</b>	<b>4.134</b>	<b>64.254</b>	<b>112.482</b>
Número de Empregados	<b>57</b>	<b>65</b>	<b>1.014</b>	<b>1.646</b>

## NOTA 31 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração Conselho	1.927	1.731	1.978	1.769
Remuneração de Diretores	1.192	2.350	6.355	10.933
<b>Total</b>	<b>3.119</b>	<b>4.081</b>	<b>8.333</b>	<b>12.702</b>

## NOTA 32 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Consolidado	Geração & Eqtos	Constr. & Montagens	Iesa-Oleo&Gás	Total
Em 31 de dezembro de 2016				
Receita bruta total	<b>59.241</b>	<b>74</b>	<b>18.269</b>	<b>77.584</b>
Impostos/Deduções	(6.651)	(59)	(2.024)	(8.734)
Custos dos Produtos e Serviços	(36.837)	(208)	(11.451)	(48.496)
<b>Margem Bruta</b>	<b>15.753</b>	<b>(193)</b>	<b>4.794</b>	<b>20.354</b>

# Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## **NOTA 33 – AJUSTE A VALOR PRESENTE**

	Controladora	
Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Clientes	13.239	21.752
Ajuste Valor Presente sobre Clientes	(64)	(89)
<b>Saldo Clientes e Outros Créditos a Receber</b>	<b>13.175</b>	<b>21.663</b>
Fornecedores	19.908	19.277
Ajuste Valor Presente sobre Fornecedores	(254)	(120)
<b>Saldo de Fornecedores</b>	<b>19.654</b>	<b>19.157</b>

	Controladora	
Demonstração do Resultado	31/12/2016	31/12/2015
<b>Resultado antes dos efeitos do Ajuste a Valor Presente</b>	<b>(622.963)</b>	<b>(201.097)</b>
Receita Bruta – Ajuste	(64)	(89)
Custo dos Produtos Vendidos - Ajuste	254	120
Receitas Financeiras		
. Ajuste Valor Presente sobre Clientes	61	85
Despesas Financeiras		
. Ajuste Valor Presente sobre Fornecedores	(179)	(108)
Ajuste dos Impostos Diferidos		
. Constituição do Ajuste	64	(78)
. Realização do Ajuste	(40)	(8)
<b>Resultado após os efeitos do Ajuste a Valor Presente</b>	<b>(622.867)</b>	<b>(201.175)</b>

## **NOTA 34 – EVENTOS SUBSEQUENTES:**

A Administração da Empresa está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes.

As operações serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

Alienação das ações da UPI IOG;

Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas;

Alienação do imóvel situado no município de Macaé.

Alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Fechamentos de acordos com bancos, visando a liquidação dos passivos, sendo parte de pagamentos em reais e parte em bens( imóvel de Magé).

# **Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015.**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

---

Instauração de arbitragem contra a Petrobras, visando o ressarcimento de valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato com a Tupi-BV e PNBV.

Todas estas ações irão permitir a entrada de recursos para manter o equilíbrio do fluxo de caixa da empresa visando suprir as necessidades dos projetos em andamento e dos projetos a serem contratados, bem como também para cumprir com as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial.

---

## **DIRETORIA EXECUTIVA:**

Warley Isaac Noboa Pimentel – Diretor Presidente

Jauneval de Oms – Diretor Comercial

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Valdir Lima Carreiro

Cesar Romeu Fiedler

Irajá Galliano Andrade

Jauneval de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

**CONTADOR:** Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

---

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial**  
São Paulo - SP

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial ('Companhia'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

#### Realização dos ativos imobilizado e intangível de controlada

A controlada indireta Iesa Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial possui registrado nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível", no ativo não circulante, os montantes de R\$ 142.708 mil e R\$ 23.077 mil em 31 de dezembro de 2016, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais apurados pela controlada, tornou-se necessário efetuar avaliação de *impairment* desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o Plano de Negócios desenvolvido pela controlada considera cenário composto por premissas vinculadas a ocorrência de eventos futuros, tais como a conclusão favorável da arbitragem em curso e monetizações de ativos, que não são passíveis de confirmação. Essas limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos saldos registrados em 31 de dezembro de 2016 nas rubricas investimentos, nas demonstrações contábeis individuais, e imobilizado e intangível, nas demonstrações contábeis consolidadas.

### **Limitação sobre a rubrica de Estoques**

Não acompanhamos o inventário físico dos estoques da controlada indireta lesa Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial existentes na unidade localizada no município de Macaé/RJ, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.973 mil. Ainda, não nos foram apresentadas evidências para validação dos montantes de R\$ 11.291 mil e R\$ 5.198 mil registrados nas rubricas de “Adiantamentos a fornecedores” e “Importação em andamento”, respectivamente, ambas pertencentes ao grupo de “Estoques” da controlada indireta lesa Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade destes valores registrados na rubrica “Estoques” nas demonstrações contábeis consolidadas, bem como os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### **Ausência de recebimento de confirmações externas**

Não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas solicitadas às entidades que possuem operações financeiras com a Companhia e com suas controladas direta e indireta IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e IESA - Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial, não tendo sido possível a aplicação de procedimentos alternativos de auditoria. Ainda, também não foram recebidas de forma satisfatória as confirmações externas solicitadas às instituições financeiras e partes relacionadas da coligada indireta RIG Oil & Gas Contractors Inc. Como consequência, não nos foi possível concluir quanto à existência de ativos e passivos não registrados e seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2016 decorrentes da não aplicação deste procedimento.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial e outras empresas do Grupo Empresarial do qual faz parte encontram-se em recuperação judicial desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado pela Companhia foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2016, prejuízo no exercício de R\$ 622.963 mil, passivo à descoberto de R\$ 937.055 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 673.752 mil. Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e



Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva da Companhia fazer face aos seus compromissos e dar continuidade normal às suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Ênfase**

#### **Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobras**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. - em Recuperação Judicial para o cliente Tupi BV, empresa do Grupo Petrobras, foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, será instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, valores registrados nas rubricas de: contas a receber no montante de R\$ 117.545 mil, estoques no montante de R\$ 223.812 mil e provisão para custos a incorrer no montante de R\$ 326.241 mil. Os valores de realização desses ativos e liquidação desses passivos dependerá do resultado desse processo de arbitragem. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### ***Impairment* dos ativos imobilizado e intangível**

---

A Companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 133.453 e R\$ 391.513 mil, respectivamente. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia são indícios da possível necessidade de *impairment* destes ativos.

### **Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto “*Impairment* dos ativos imobilizado e intangível”**

---

Analisamos os planos de negócios e revisamos as projeções de resultado apresentadas pela Companhia bem como questionamos o processo e as premissas usados em sua elaboração. Efetuamos a comparação do valor registrado contabilmente dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado nas projeções e laudos de avaliação contratados pela Companhia.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas e os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior.

### **Contingências**

---

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

### **Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto “Contingências”**

---

Analisamos as respostas obtidas dos assessores jurídicos contratados pela Companhia e avaliação das premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias.

Nossos trabalhos revelaram que as premissas utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria do exercício anterior**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 29 de abril de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, mas contendo parágrafos de ênfase sobre i) Recuperação Judicial - continuidade das operações; ii) Cancelamento de contrato de fornecimento pela controlada IESA Óleo e Gás S.A. - em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobrás; iii) Mútuo a receber da pessoa ligada Sadefem Equipamentos e Montagens S.A. -

em recuperação judicial; iv) Debêntures a receber da Ibrafem Estruturas Metálicas que, por sua vez, tem como principal ativo a participação no capital social da Sadefem Equipamentos e Montagens S.A.- em recuperação judicial; v) Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 em função da correção de erro sobre saldo de tributos parcelados.

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável,

as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 23 de janeiro de 2018.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 SP 029356/O-1**

**Eduardo A. de Vasconcelos**  
**Contador CRC 1 SP 166001/O-3**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores externos BDO RCS Auditores Independentes S/S. datado de 23 de janeiro de 2018, opinam que o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem apreciadas e votadas pela assembleia geral ordinária de acionistas. Nos termos do inciso II do artigo 163, da lei nº 6.404/76, nossa opinião esta baseada nas considerações e informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e os parágrafos de ressalvas e ênfases apontadas no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **Ressalvas: Realização dos ativos imobilizado e intangível de controlada; Limitação sobre a rubrica de Estoques; Ausência de recebimento de confirmações externas; Ênfase: Cancelamento de contrato de fornecimento pela empresa controlada indireta IESA Óleo e Gás S.A. – em recuperação judicial para o cliente Tupi BV / Petrobras.**

Curitiba, 24 de janeiro de 2018

Adrian Monge Jara

Arthur Tornatore Siessere

José Higino Buczenko

Rubens Gerigk



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES – em Recuperação Judicial

---

## DECLARAÇÃO

Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob número 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Doutor Carlos de Carvalho nº 373 – Conjunto 1101- 11º Andar – Centro – Curitiba- PR, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 23 de janeiro de 2018

---

Warley Isaac Noboa Pimentel  
Diretor Presidente

---

Irajá Galliano Andrade  
Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob número 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Doutor Carlos de Carvalho nº 373 – Conjunto 1101- 11º Andar – Centro – Curitiba- PR, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 23 de janeiro de 2018

---

Warley Isaac Noboa Pimentel  
Diretor Presidente

---

Irajá Galliano Andrade  
Diretor de Relações com Investidores